

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT20.016

# EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DIALOGANDO COM PAULO FREIRE

*ROSEANY MARIA ARAUJO DE ALMEIDA*

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, [rmaa1@aluno.ifal.edu.br](mailto:rmaa1@aluno.ifal.edu.br)

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a relação dos pensamentos de Paulo Freire com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo como base uma educação libertadora, dialógica e democrática, coadunada com os fundamentos da EPT da formação humana integral, onde o educando seja capaz de uma tomada de consciência sobre o seu papel social na construção de sua história, produzir conhecimento, compreendendo o processo produtivo, eliminando qualquer forma de discriminação e exclusão. Nesse percurso propõe-se uma reflexão sobre o pensamento de Paulo Freire no que diz respeito a educação como ato de humanização, de autonomia, de liberdade e de esperança. Posteriormente discorre sobre a oferta da EPT de nível médio sob a concepção de formação unitária, tendo o trabalho como fundamento da educação como uma prática social e educação profissional e tecnológica e a prática democrática. Procura-se, assim responder ao questionamento: como o espaço escolar da Educação Profissional e Tecnológica de nível médio pode se tornar um local de diálogo, possibilitando que a educação não fique somente pautada na transmissão do conhecimento e se consolide como problematizadora, onde os alunos participem ativamente do seu processo de formação? No intuito de responder ao questionamento, este estudo é caracterizado como qualitativo, com uma abordagem bibliográfica através da análise das obras de Paulo Freire e de obras que versam sobre o tema da Educação Profissional e Tecnológica que abordam a formação dos sujeitos capazes de atuar de forma crítica na sociedade através do exercício da cidadania e o rompimento da visão reducionista da educação e da EPT.

**Palavras-chave:** Autonomia. Educação Libertadora. Educação Profissional e Tecnológica.

## INTRODUÇÃO

---

A educação profissional e tecnológica tem o compromisso de ir além de transmitir conhecimentos sistematizados, e para tanto, a organização do ambiente escolar deve ser propícia para a participação plena de todos que fazem parte desse contexto, promovendo o desenvolvimento de uma consciência social e crítica, gerando condições para que as práticas escolares sejam efetivadas resultando na promoção da formação plena dos alunos.

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a relação dos pensamentos de Paulo Freire com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo como base uma educação libertadora, dialógica e democrática, coadunada com os fundamentos da EPT da formação humana integral, onde o educando seja capaz de uma tomada de consciência sobre o seu papel social na construção de sua história, produzir conhecimento, compreendendo o processo produtivo, eliminando qualquer forma de discriminação e exclusão.

Para atingir o objetivo proposto o estudo inicialmente destaca o pensamento de Paulo Freire no que diz respeito à educação como ato de humanização, de autonomia, de liberdade e de esperança. Posteriormente discorre sobre a oferta da EPT de nível médio sob a concepção de formação unitária, tendo o trabalho como fundamento da educação como uma prática social e educação profissional e tecnológica e a prática democrática.

O interesse sobre o tema justifica-se pela necessidade de uma oferta da Educação Profissional de qualidade, comprometida com uma cultura civilizatória articulada com o projeto de desenvolvimento social e econômico onde engloba relações entre os recursos materiais e humanos, entendendo a educação como um espaço não meramente ligado a escolarização, já que é um elemento constitutivo e constituinte de relações sociais mais amplas.

Ressalta-se que na visão freiriana o aluno é totalmente ativo nas relações educacionais, ele não é visto como um mero receptor de conhecimento, a dialogicidade gera ação e reflexão, o sujeito faz parte do seu processo de aprendizagem, pois é através de uma prática educativa baseada no diálogo e na equidade que o aluno se torna ativo, proativo, investigador e comunicativo.

De acordo com Paulo Freire (2021)

Por isso, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados, não

pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2021, p. 109).

O estudo baseou-se na seguinte problemática: como o espaço escolar da Educação Profissional e Tecnológica de nível médio pode se tornar um local de diálogo, possibilitando que a educação não fique somente pautada na transmissão do conhecimento e se consolide como problematizadora, onde os alunos participem ativamente do seu processo de formação?

No intuito de responder ao questionamento, este estudo é caracterizado como qualitativo, com uma abordagem bibliográfica através da análise das obras de Paulo Freire e de obras que versam sobre o tema da Educação Profissional e Tecnológica que abordam a formação dos sujeitos capazes de atuar de forma crítica na sociedade através do exercício da cidadania e o rompimento da visão reducionista da educação e da EPT, a partir de reflexões de Freire (2021), Frigotto (2007), Documento Base (2007) e Kuenzer (2007), Ramos (2014) e Ciavatta (2005) onde os educandos passam a ter uma consciência crítica cada vez mais anseio de profundidade na análise de problemas, repelindo posições quietas, procurando sempre verificar e testar o novo, ou seja, uma prática educativa que instigue a descoberta e quebra de barreiras que os coloquem em uma situação de consciência ingênua.

## **METODOLOGIA**

---

A pesquisa se baseia na análise da relação entre as concepções de Paulo Freire e a Educação Profissional e Tecnológica. Com o objetivo de dar consistência à referida investigação, o estudo se baseou na seguinte problemática: como o espaço escolar da Educação Profissional e Tecnológica de nível médio pode se tornar um local de diálogo, possibilitando que a educação não fique somente pautada na transmissão do conhecimento e se consolide como problematizadora, onde os alunos participem ativamente do seu processo de formação?

A fim de responder esse questionamento, optou-se pelo estudo qualitativo de cunho bibliográfico.

A referida pesquisa se classifica como bibliográfica, através da análise documental como forma de compreender melhor a investigação e conduzir os encaminhamentos de interpretação das informações. Para a revisão de literatura

realizou-se uma busca pautada em artigos, livros, revistas, ou seja, em materiais relativos ao tema pesquisado.

Foram realizadas pesquisas nos documentos como, as diretrizes e concepções que norteiam a organização da oferta da Educação Profissional e Tecnológica e obras de Paulo Freire dentre outros autores que versam sobre a educação integral dos educandos.

## **PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO COMO ATO DE HUMANIZAÇÃO, DE AUTONOMIA, DE LIBERDADE E DE ESPERANÇA**

---

A educação é direito de todos, sem distinção de etnia, classe social ou faixa etária, partindo desse pressuposto é que se destaca a importância da escola no processo de formação do sujeito como agente transformador da sociedade. Através da educação o homem constrói a consciência de si próprio e do mundo, com caráter reflexivo proporcionando o constante descobrimento da realidade.

Conforme Freire:

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela como prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim, como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. (FREIRE, 2021, p. 98).

A sociedade está em constante mudança, e dentro desta realidade é que a educação e educadores precisam estar sempre em processo de reflexão de sua realidade. “Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem” (FREIRE, 2022, p.33). Quando o homem passa a entender a sua realidade, ele procura soluções para mudar e esse processo de mudança inicia primeiramente individual e depois passa a ser coletiva, pois sua prática educativa passa a ser cheia de significados reverberando mudanças não somente no contexto escolar, mas na sociedade em geral.

A formação integral parte do pressuposto de uma prática educativa que rompa com o dualismo estrutural e para tanto é necessário que educandos e educadores possam interagir entre si, através de seus olhares e percepções sobre o mundo, onde todos tenham autonomia de se expressar, dessa forma o educador não é o detentor do conhecimento e não é somente dele o papel de educar, já que

está sendo educado enquanto educa, o diálogo permite que todos envolvidos nesse processo cresçam juntos através da liberdade e não da autoridade.

Nesse sentido, a educação terá cumprido o seu papel, de forma cidadão consciente e crítico da realidade, fomentando em uma formação completa e não somente para formar mão de obra especializada para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Não existe possibilidade de uma formação omnilateral através de práticas educativas opressoras ou até mesmo bancária, o sujeito precisa entender o significado e o porquê dessa formação, tendo consciência de como e para que ocorre essa formação, e isso só pode de fato acontecer se o educando faz parte desse processo, ele não pode ser visto como algo apartado ou fora do contexto, este deve ser inserido no processo da qual faz parte, tendo voz e vez nos encaminhamentos dos processos de ensino e aprendizagem, deve se sentir parte do contexto de modo geral e não apenas como mero receptor de conteúdo.

Em seu livro, *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*, Paulo Freire discorre sobre os preceitos de uma educação igualitária e integral, onde o educando é totalmente ativo nas suas relações educacionais, principalmente no contexto profissional e tecnológico, que preconiza a formação omnilateral dos alunos, conjecturando, assim, a participação plena dos cidadãos, a fim de contribuir, efetivamente, na formação de um mundo mais igualitário, destacando que:

Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate, mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa educação da esperança. É que ela tem uma tal importância em nossa existência, individual e social, que não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que ela resvale para a desesperança e o desespero (FREIRE, 2021, p. 11).

A esperança deve ser constante na prática educativa, contudo, não podemos falar em esperança onde não existe liberdade, essa liberdade consiste quando o educando é formado e não treinado, onde a criticidade não é entendida como algo utópico, mas sim como algo aplicável através de um ambiente ético e respeitoso. "A desconsideração total pela formação integral do ser humano e a sua redução a puro treino fortalecem a maneira autoritária de falar de cima para baixo" (FREIRE, 2021, p. 113).

Para Paulo Freire, a educação não pode ser concebida ou praticada de forma mecânica, tecnicista ou autoritária, independente para qual grupo de indivíduos essa prática educativa esteja voltada, ela precisa estar comprometida no processo de compreensão do aluno, não ficando somente centrada no ensino de conteúdos pré estabelecidos, mas que proporcione o encorajamento do educando a se aventurar a novos conhecimentos, instigar a curiosidade e o diálogo, possibilitando a saída da passividade de só receber o conteúdo para a compreensão e o compromisso com a mudança não só do contexto da qual está inserido, mas do mundo. “[...] homens e mulheres como seres não apenas capazes de se adaptar ao mundo, mas sobretudo de mudá-lo. Seres curiosos, atuantes, falantes, criadores” (FREIRE, 2022, p. 110).

Freire (2021, p. 95) “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Nos faz refletir sobre a educação como problematizadora, que quebra paradigmas de esquemas verticalizados onde o educando é mero receptor de conteúdo.

Na perspectiva da educação problematizadora, o professor não é somente o que tem a função de educar, já que, enquanto ele educa, ele é educado, pois através do diálogo com o educando é que esse espaço de aprendizagem vai sendo construído e adquirido por ambas as partes. Dentro deste contexto problematizador o professor se refaz constantemente no movimento mútuo de ensinar e aprender com seus alunos, pois segundo Freire (2021, p. 97) “Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também”.

Destaca-se que ao colocar o aluno como sujeito ativo no processo de formação, onde à medida que participem ativamente de discussões sobre o mundo, vão constituindo consciência da realidade, possibilitando a elaboração de uma visão crítica mais apurada, corroborando para que se sintam sujeitos de seu pensar e resultando em uma formação para o mundo superando a realidade de opressão vivenciada pela classe trabalhadora.

## **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO SOB A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO UNITÁRIA**

---

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, será ofertada articulada com o ensino médio e subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio,

tendo como finalidade garantir ao trabalhador o direito a uma formação completa para a atuação como cidadão, que gere a compreensão de sua realidade e meios para transformá-la.

Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino (BRASIL, 1996).

O decreto no 5.154/2004 de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004), institui que a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional deverá ser ofertada pela Rede Federal de Educação, sendo esta oferta articulada entre a Educação Básica e a Educação Profissional de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a concepção de formação unitária, tendo o trabalho como fundamento da educação como uma prática social.

Conforme Frigotto:

Para o estabelecimento de um vínculo mais orgânico entre a universalização da educação básica e a formação técnico-profissional, implica resgatar a educação básica (fundamental e média) pública, gratuita, laica e universal na sua concepção unitária e politécnica, ou tecnológica. Portanto, uma educação não-dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas (FRIGOTTO, 2007, p. 1144).

A organização da Educação Profissional e Tecnológica deverá ser embasada por uma relação orgânica, tendo como pressuposto a concepção da totalidade, oportunizando o desenvolvimento das forças produtivas e emancipação da classe trabalhadora. No tocante a organização da Educação Profissional e Tecnológica Ciavatta afirma que:

Do ponto de vista do conceito, formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica de correlação de forças entre as classes, a concepção de educação politécnica, de educação unilateral e de escola unitária, que esteve na disputa por uma nova LDB na década de 1980 e que foi perdida na aprovação da Lei n. 9.394/96. Assim, essa expressão também se relaciona com a luta pela superação do dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira, a divisão de classes sociais, a divisão entre formação para o trabalho manual ou para o trabalho intelectual, e em defesa da democracia e da escola pública. (CIAVATTA, 2014, p. 197-198).

O currículo do Ensino Médio Integrado deve ter como pressuposto a oferta de uma educação profissional comprometida, onde o sujeito seja capaz de entender e intervir na realidade em que vive, já que no Brasil os jovens menores de 18 anos, filhos da classe trabalhadora precisam trabalhar para ajudar no sustento da família ou no seu próprio sustento, diante desta realidade, essa formação profissional deve ser embasada em práticas pedagógicas que consolida a formação profissional associada à educação intelectual, física e tecnológica.

De acordo com o Documento Base:

Nisso se assenta a integração entre ensino médio e educação profissional, garantindo-se uma base unitária de formação geral, gerar possibilidades de formações específicas. Do ponto de vista organizacional, essa relação deve integrar em um mesmo currículo a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais elevadas; a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. (BRASIL, 2007, p.47).

A integração da educação profissional com o ensino médio está estruturada em um repertório de conhecimentos teóricos práticos, que são fundamentados na interdisciplinaridade, democratização, relevância social, com vistas de promover a formação do indivíduo que produz sua própria existência por meio do seu próprio trabalho, com o propósito de superar a formação para a execução do trabalho simplificado, já que a educação profissional está comprometida antes de mais nada com a formação humana para compreensão do mundo em todos os seus aspectos.

Diante dessa afirmação cabe destacar que a escola deve ser um ambiente humanizado, onde os alunos se sintam incluídos no processo de ensino e aprendizagem, bem como no contexto organizacional, gerando a compreensão do seu papel social e a importância de sua formação para quebrar estigmas e barreiras que historicamente carrega por simplesmente fazerem parte da classe trabalhadora.

Como aponta Moura, Filho, Silva:

Em nosso país, a situação da classe trabalhadora é muito mais degradante que nas regiões de capitalismo avançado, onde, de uma ou outra maneira, passou-se pelo Estado de bem-estar social, o que garantiu aos trabalhadores alguns direitos sociais básicos e a manutenção deles, mesmo em meio à crise atual. (MOURA; FILHO; SILVA, 2015, p. 1071).



Nesse contexto, compreende-se que a formação integrada ao Ensino Médio no Brasil tem como pressuposto contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade com menos desigualdades, onde o filho do trabalhador tenha acesso não somente a formação para o exercício de uma profissão, mas antes de qualquer coisa, este compreenda o seu papel no mundo e saiba executar, pensar, dirigir e planejar dessa forma poderá romper as barreiras e diferenças sociais de forma crítica e consciente.

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 85).

Para Ciavatta (2005) o termo integrar tem um sentido de completude, para tanto se faz necessário ter compreensão das partes no seu todo, ou seja, a educação precisa ser tratada como uma totalidade social, e partindo desse pressuposto é que não podemos conceber a Educação Profissional deslocada os a parte do contexto humano e social, pois cada indivíduo é um ser histórico-social que atuam em um mundo real.

Ressalta-se que, para que formação integrada ocorra de fato, é necessário que a educação geral e a profissional caminhem juntas, com enfoque no trabalho como princípio educativo e não somente para formação de mão de obra especializada, o sujeito deve ser considerado como produtor da sua realidade, podendo transformá-la a qualquer momento, e partindo dessa premissa é que se evidencia que o trabalho, ciência, tecnologia e cultura são categorias indissociáveis para formação do ser humano. “ Nesses termos, compreendemos o conhecimento como uma produção do pensamento pela qual se apreende e se representam as relações que constituem e estruturam a realidade” (RAMOS, 2014, p. 88).

Na Educação Profissional e Tecnológica a prática pedagógica deverá se respaldar em práticas educativas que possibilitem uma formação humanizadora e emancipatória tendo como finalidade formar o sujeito em sua totalidade.

Na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, se observa no artigo 7º os objetivos dos Institutos Federais, no inciso V traz como objetivo: “estimular e apoiar processos educativos

que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008).

Ao falarmos de emancipação dos cidadãos, destaca-se a importância dos processos educacionais que favoreçam o processo emancipatório, já que historicamente vivemos em uma realidade educacional de poder, onde muitas vezes os alunos não encontram espaços para serem críticos e muitas vezes na escola não se deparam com um ambiente de respeito e acolhida.

De acordo com Ramos:

Assim, faz-se necessário uma ação mais concentrada na escola, buscando na prática social e pedagógica do professor os elementos e os mecanismos de superação do estado de coisas presente. A premissa que orienta o projeto de educação integrada é a de centralizar e aprofundar o caráter humanista do ato de educar, desconstruindo o parâmetro colonialista e dual que caracteriza a relação entre educação básica e profissional. Para isto, a geração de tempos e espaços docente para a realização de atividades coletivas é preceito inegociável quando se tem essa finalidade (RAMOS, 2014, p 96).

Para Paulo Freire a educação deve trabalhar tanto a humanização quanto a profissionalização do sujeito, pois ambas são indispensáveis para se viver numa sociedade tecnológica, para tanto não podemos conceber a escola como espaço de treinamento ou adestramento, pois as experiências educacionais devem tomar seu lugar de importância no processo de aprendizagem do indivíduo. Antes de formar o cidadão para o trabalho devemos pensar primeiro em formar para construção de sua criticidade e posicionamento na sociedade, para tanto se faz necessário romper com o dualismo estrutural, uma herança que faz parte da história da Educação Profissional, ou seja, “formação humana integral, que sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (RAMOS, 2014, p. 84)

## **PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

---

Ao realizarmos um breve percurso da Educação Profissional, nos deparamos com o seu início em 1909 com sua criação baseada em uma perspectiva assistencialista, voltada para os órfãos e desvalidos, como aborda Kuenzer:

Essas escolas, antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho (Kuenzer, 2007, p. 27).

Para Freire (2021, p. 79) a política assistencialista vai anestesiando o consciente do oprimido, favorecendo o adiamento de uma mudança social, visto que o assistencialismo carrega em si um viés de cuidado, mas também de controle e repressão.

Ao longo dos anos a Educação Profissional e Tecnológica assume diversas estruturas, saindo da perspectiva de assistencialismo e se configurando em estratégia de ação política, indo ao encontro dos pressupostos de Paulo Freire, onde a participação dos educandos no processo educativo, propicia a integração de educação, trabalho, ciência e tecnologia.

Os alunos precisam encontrar-se no processo de ensino e aprendizagem, onde os saberes tenham significados para que assim possam compreendê-los e até transformá-los, porém esse encontro só pode ser consolidado através de práticas educacionais nas quais os conteúdos escolares estejam relacionados com a realidade e experiências vivenciadas pelos alunos, resultando em uma participação significativa, já que o que está sendo estudado de algum modo faz parte de suas experiências individuais ou coletivas. Para Freire (1980, p. 26):

[...] a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece (FREIRE, 1980, p. 26).

Dentro desta realidade os mesmos se sentem integrados e instigados a participarem ativamente, proporcionando o desenvolvimento de uma consciência crítica, favorecendo o rompimento de paradigmas gerando superação e poder de transformação de sua realidade como também do mundo. Em se tratando de Educação Profissional e Tecnológica, esta recomenda que o currículo escolar traga conteúdos que são vivenciados pelos seus alunos, já que o novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes apontam que:

Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o desconhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a tornar-se credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2010, p. 22).

Dentro do contexto de educação libertadora e problematizadora, Paulo Freire aponta para que as instituições de ensino devem atuar na promoção do pensamento crítico, porém ressalta que essa promoção não acontece somente com os alunos, mas com os professores também, para que o processo de ensinar e aprender esteja em constante movimento.

Para que a prática problematizadora ocorra nos espaços formais de aprendizagem se faz necessário o rompimento de práticas autoritárias, onde os professores e gestores são tidos como os donos do saber e os que têm o poder de definir situações e resultados, é preciso criar um ambiente onde todos que façam parte do contexto educacional se livrem de posturas de dominação.

Conforme Freire:

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-los. Mas, precisamente porque captam o desafio como problema em suas conexões com os outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada (FREIRE, 2021, p. 98).

Compreende-se que esse é um longo caminho a ser percorrido, pois todos envolvidos nesse processo precisam estar conscientes e imersos no pensar e no atuar, de maneira individual, mas também coletiva, compreendendo e captando não só sua realidade, mas a de todos, para que assim possam transformá-las.

Sendo assim, todos precisam assumir eticamente e responsabilmente suas discordâncias sem medo de defendê-las, sem que haja um único proprietário da verdade, já que o diálogo deverá ser sempre prioridade para uma relação de equidade e respeito.

## **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A PRÁTICA DEMOCRÁTICA**

---

No âmbito da educação, a prática democrática deve propiciar relações horizontais entre professores, alunos, gestores e corpo técnico administrativo da instituição de ensino, onde todos possam refletir sobre a própria existência pessoal e como se dão os relacionamentos com as pessoas do contexto na qual estão inseridos. Paro (2016, p. 33) aponta a democracia como valor universal de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, não podendo haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-las.

Os processos educativos historicamente são fundamentados em práticas autoritárias, onde de um lado encontra-se o professor que detém o poder e do outro o aluno que obedece e aprende passivamente o que lhe é ensinado, ignorando sua subjetividade e participação ativa no processo de ensino e aprendizagem.

O contexto educacional brasileiro está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico, onde destacam-se disputas na política educacional, por vezes a atender o âmbito macroeconômico e as classes sociais dominantes do projeto societário do capital. Para Manacorda (2007, p. 120) “Por milênios, portanto, na sociedade dividida em classes pela divisão do trabalho, entre a formação das classes dominantes e a preparação profissional dos produtores pertencentes às classes subalternas [...]”

Ao tratarmos da Educação Profissional e Tecnológica parte-se da premissa que a organização e a gestão estejam envolvidas com todos os segmentos sociais, desde a organização, discussão e deliberação que promovam a superação da fragmentação do dualismo e da desigualdade de sua oferta, para a efetiva materialização da educação profissional.

A gestão da Educação Profissional deverá ser consubstanciada na formação técnico-humanista, gerida de forma democrática assegurando as condições necessárias ao cumprimento das finalidades e objetivos da educação profissional, integrada ao trabalho, à ciência e à tecnologia para o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Grabowski (2014, p. 20) “Propor formas de organização e gestão da educação profissional supõe, portanto, o seu caráter de parte integrante e indissociável da Educação Nacional, e ao mesmo tempo, de suas formas de organização e gestão”.

Para a efetivação de uma educação voltada para formação crítica, humanizada dos sujeitos, se faz necessário que a instituição educacional esteja organizada, na qual a gestão atue de forma participativa, dinâmica e transparente assegurando as condições necessárias para a realização dos objetivos da educação profissional, ofertando um ensino de qualidade, promovendo a melhoria contínua dos serviços oferecidos, que resultará na construção de uma sociedade democrática e justa.

Quando a escola consolida a prática da gestão participativa, onde todos os atores que fazem parte do contexto escolar participam ativamente dos espaços de decisão e discussão por meio de encontros periódicos, assegura a efetivação do seu projeto institucional.

Segundo Lück:

A gestão participativa se assenta, portanto, no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e do emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais ocorrentes no contexto de sistemas de ensino e escolas, em torno de objetivos educacionais, concebidos e assumidos por seus membros, de modo a constituir um empenho coletivo em torno de sua realização (LÜCK, 2017, p. 15).

Considerando que a escola é um ambiente reflexivo, esta necessita que seus processos organizacionais sejam conduzidos por gestores que tomem como premissa a importância de um espaço dialógico, onde as pessoas que fazem parte desse contexto sejam ouvidas e valorizadas, a fim de que entendam os seus papéis dentro do sistema educacional contribuindo para a formação de processos educativos de qualidade.

Freire (2021, p. 127) "A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa".

Para a efetivação de uma gestão com princípios democráticos se faz imprescindível implementar processos que sejam intencionais e sistemáticos, para que a ação participativa se consolide como uma prática social, para tanto, se faz necessário que toda comunidade escolar desde o diretor da escola, coordenador pedagógico, supervisor de ensino, professores e todos os demais funcionários e família dos alunos, exerçam seu direito de participação nas decisões, bem como, saber como agir para implantação das mesmas.

A gestão democrática não está somente vinculada à participação nas decisões institucionais, mas sobretudo a ação está intrinsecamente ligada ao entendimento das responsabilidades de cada um e é a partir desse entendimento que se efetiva a construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola através do consenso, reverberando na qualidade do processo educacional.

Não é somente de responsabilidade dos gestores, técnicos e professores o entendimento dos processos pelos quais a escola passa e operacionaliza, mas sobretudo os pais e os alunos, pois também fazem parte de processo e precisam agir criticamente e reflexivamente sobre as ações e propostas da escola.

Sendo assim, Lück enfatiza que:

É importante, portanto, promover na escola uma cultura de reflexão e de crítica e assimilação de ideias, associadas à ação, pelo conjunto dos que fazem a realidade escolar por seu trabalho. Essa reflexão tem o papel primordial de qualificar a participação e dar-lhe conotações de orientação para sua contínua melhoria e alargamento de significado social. (LÜCK, 2017, p. 46-47).

Partindo desse pressuposto, esta participação deverá ser no sentido pleno e reflexivo, tendo como característica a mobilização efetiva, resultando na superação da alienação através de um ambiente de coletividade e no cumprimento de sua finalidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---

Por ocasião da leitura e análise do referencial teórico, fica evidenciado que a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio está preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, consubstanciada por uma relação orgânica, tendo como pressuposto a concepção da totalidade, oportunizando o desenvolvimento das forças produtivas e emancipação da classe trabalhadora, concatenada com a autonomia, a humanização, a liberdade e a esperança, tornando a escola um ambiente reflexivo propiciando a participação plena de todos que fazem parte desse contexto, promovendo uma consciência social e crítica, gerando condições para que as práticas escolares sejam efetivadas resultando na promoção da formação plena dos alunos.

Nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber

ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é aprendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (FREIRE, 1996, p. 29).

A ação escolar é uma ação de caráter coletivo, a participação oportuniza às pessoas a se sentirem responsáveis não somente pelos resultados da escola, mas sobre sua organização e operacionalização construindo, portanto, um processo educacional mais autônomo e participativo, gerando um novo olhar sobre a escola e sobre o mundo, de como atuar, através da consciência de classe e lutar junto dela para melhoria da sociedade voltados para a emancipação, e não somente para o mercado de trabalho.

Diante dos resultados obtidos na análise do referencial teórico aponta-se para certeza da continuidade das discussões sobre o tema, onde a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio esteja organizada em um ambiente de equidade e respeito, onde os alunos se sintam incluídos no processo de ensino e aprendizagem, compreendendo o seu papel social e a importância de sua formação para quebrar estigmas e barreiras que historicamente impostas pelo capital.

Diante análise da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, se observa no artigo 6º, inciso V é: “constituir-se em centro de excelência na oferta de ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica” (BRASIL, 2008).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Conclui-se este estudo, mas compreendendo que as discussões não enceraram por aqui, pois diante dos estudos realizados sobre a Educação Profissional e Tecnológica verificou-se que a mesma tem como fundamento a formação integral do sujeito, onde através da educação possam compreender as dinâmicas sócio produtivas, superando a redução da preparação somente para o exercício simplificado do trabalho através de uma formação completa favorecendo uma postura crítica e consciente enquanto cidadão do mundo.

Destaca-se a conexão da EPT com os pensamentos freirianos que enxerga o ser humano como inconcluso, que está em permanente movimento de busca



e é a partir dessa incompletude que as práticas educativas devem proporcionar momentos de reflexão para educandos e educadores, com vistas a quebrar paradigmas de um ensino verticalizado, onde o diálogo seja constante nas relações de aprendizagem.

Ressalta-se que toda prática educativa deve proporcionar para o educando a possibilidade de falar sem medo, onde o respeito e a ética caminhem juntos na construção de um aprendizado coerente e que possibilite uma compreensão da realidade que muitas vezes os opressores nos impõem, somente com a educação é que podemos transformar o mundo em um lugar onde todos tenham acesso a uma vida digna.

No livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire reflete sobre o estado de dominação que muitas vezes os próprios professores se encontram, ocasionando uma quebra no movimento dialógico e crítico, para que tanto se faz necessário que o professor compreenda o seu papel político e democrático no sistema educacional, para proporcionar aos educandos não somente os conteúdos e conhecimentos determinados, mas também a capacidade crítica para agir em sociedade, a fim de transformá-la em uma realidade mais justa e igualitária.

Há [...] um aspecto que nos parece importante salientar na análise que estamos fazendo da ação antidialógica. É que esta, enquanto modalidade de ação cultural de caráter dominador, nem sempre é exercida deliberadamente. Em verdade, muitas vezes, os seus agentes são igualmente homens dominados, "sobredeterminados" pela própria cultura da opressão (FREIRE, 2017, p. 207).

Partindo dessa premissa percebe-se que os pensamentos e estudos de Paulo Freire se consolidam ao longo do tempo e estão presentes nas perspectivas educacionais atuais, mormente nas concepções da educação profissional, conforme observados nos documentos que a rege, visto que os documentos estão baseados em diretrizes e concepções voltadas para a construção de uma educação que favoreça a prática democrática, compromissada com a inclusão social e com a formação de pessoas autônomas, críticas, participativas e transformadoras da realidade em que vivem, por meio do conhecimento.

Desta forma, concluímos este estudo evidenciando que a abordagem freiriana sobre a autonomia, a humanização, a liberdade e a esperança são pilares para uma educação compromissada com a formação integral do sujeito, estando coadunadas com os princípios que norteiam a EPT, corroborando para que a educação

tenha seu devido reconhecimento, que é o compromisso com a democracia e com a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a educação é colocada em seu devido lugar, como um ato político, já que todos os envolvidos no processo educacional tenham seu papel reconhecido na construção de uma sociedade mais humanizada, transformadora e crítica, para tanto a escola não pode somente desenvolver o papel de transmissora de conteúdos pré-estabelecidos, mas sim de realizar um trabalho sem opressão onde todos que fazem a escola sejam valorizados e respeitados.

## **REFERÊNCIAS**

---

BRASIL. Decreto no 5.154, de 23 de junho de 2004. Regulamenta o § 2o do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Congresso Nacional. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. Lei no. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação profissional e técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Documento Base. Brasília: Setec, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e

diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010. Acesso em: 20 jun. 2023.

ClAVATTA, Maria. **A formação integrada:** a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade In: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 48. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** Teoria e prática de libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática docente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 79. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/ghLJpSTXFjJ-W7nWBSnDKhMb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Kuenzer, A. Z. **Ensino Médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, Série: Cadernos de gestão, 2017.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. **Politecnia e formação integrada**: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNcTcD9CvkMMxfq8NyQy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<https://www.curitiba.ifpr.edu.br>>. Acesso em: 21 jun. 2023.